

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais
Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas

VANDERLEI BAZÍLIO DO NASCIMENTO

A QUESTÃO DA CIDADANIA NA
OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Estudo de caso: Praça Jorge Assumpção – Araras/SP

São Paulo

2014

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais
Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas

VANDERLEI BAZÍLIO DO NASCIMENTO

A QUESTÃO DA CIDADANIA
NA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Estudo de caso: Praça Jorge Assumpção – Araras/SP

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão Avaliadora como exigência para obtenção do certificado de conclusão do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas, pela Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Orientadora: Prof^aD^{ra} Maria Cristina Briani

São Paulo

2014

Nascimento, Vanderlei Bazílio do

A questão da cidadania na ocupação do espaço público – Estudo de caso: Praça Jorge Assumpção – Araras/SP. Vanderlei Bazílio do Nascimento. 2013/2014

27 f. 30 cm

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Cristina Briani

Trabalho de conclusão de curso de pós-graduação Gestão e Políticas Públicas -Escola de Sociologia Política de São Paulo - FESPSP- Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Autor: Vanderlei Bazílio do NASCIMENTO

A Questão da Cidadania na Ocupação do Espaço Público
Estudo de caso: Praça Jorge Assumpção – Araras/SP

Conceito:

Banca Examinadora:

Professor(a) Assinatura: _____

Professor(a) Assinatura: _____

Professor(a) Assinatura: _____

Data da Aprovação: ____/____/____

Pela iniciativa e discernimento, aos dirigentes e professores da Fundação Escola de
Sociologia Política de São Paulo e
Fundação Perseu Abramo/Partidos dos Trabalhadores.

Pela decisão de resgatar de modo participativo a Praça Jorge Assumpção,
aos moradores, delegados do OP, lideranças da zona leste e ao governo municipal de Araras.

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, por suportarem minha ausência e compreenderem minha militância;

Aos meus colegas de trabalho nas prefeituras de Leme e Araras, pelo apoio, compreensão e informações;

A minha orientadora, Maria Cristina Briani, pela sensibilidade, conhecimento, dispendimento e cuidado com todo o grupo.

Ao amigo Eustáquio Alves Cardozo, coordenador do CEU; e Ana Deguchi, coordenadora do Centro de Turismo, pelo apoio e comprometimento com a participação cidadã e o desenvolvimento sustentável;.

O discernimento consiste em saber onde se pode ir.

Jean Cocteau

RESUMO

A transformação de uma praça degradada e dominada pela marginalidade na região central de um complexo habitacional formado por 13 bairros e cerca de 38 mil pessoas é um desafio em plena superação na zona leste do município de Araras/SP. A intervenção do poder público e a participação da população foram fundamentais para a ocupação cidadã e recuperação da Praça Jorge Assumpção, hoje um local de convívio e formação para centenas de jovens, adultos e seus familiares.

Palavras-chave: praça pública; ocupação; participação popular; direito à cidade.

ABSTRACT

The renovation of a square controlled by marginality and degraded by it in the central of a residential area consisted in 13 neighborhoods and around 38 thousand people is an overcoming challenge on the east area of the city of Araras/SP. The government intervention and participation of locals were essential to recover Jorge Assumpção Square, nowadays a place for family entertainment.

Keywords: Public Square; popular participation; civil right.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Folha 1 – O Abandono.....	23
Folha 2 – A Participação.....	24
Folha 3 – A Transformação.....	25
Folha 4 – O Resultado.....	26

SUMÁRIO

1. Introdução - A Praça não é do Povo.....	11
2. Metodologia - Cidadania e Espaço Público.....	13
2.1 – Ocupação e Participação.....	14
2.2 – Desenvolvimento Sustentável.....	17
2.3 – Conhecimento e Lazer.....	19
3. Conclusão – Agora A Praça é do Povo.....	21
4. Anexos.....	23
5. Referências.....	27

1. INTRODUÇÃO - A PRAÇA NÃO É DO POVO

A situação é corriqueira em praticamente todas as cidades brasileiras. Trata-se da ocupação do espaço público, que não raro, tomado pelo abandono, é transformado em território da marginalidade em sua diversidade de nuances. O que deveria ser um lugar de aprendizado, de troca de informações e vivência urbana, se transforma num gueto inabitável e de frequência duvidosa.

Um espaço público sem utilização é uma função social desperdiçada, um crime contra os cidadãos, exemplo verificado durante muitos anos na Praça Jorge Assumpção, na densa e populosa zona leste do município de Araras, na região central do Estado. Instalada numa região composta por 13 conjuntos habitacionais e cerca de 38 mil pessoas, a praça - um espaço livre e arbóreo com cerca de 7,3 mil metros quadrados - durante anos foi um local insuportável à convivência e à instalação da cultura da paz.

A região recebeu seu primeiro conjunto habitacional em 1982, o José Ometto I, inicialmente programado para abrigar os migrantes que vinham do nordeste e do norte de Minas Gerais para trabalhar na cultura canavieira e colheita da laranja. Em 2013 foi concluído o último conjunto, o Warley Colombini, que conta com 570 unidades construídas pelo programa Minha Casa Minha Vida. Em breve, dois novos conjuntos do mesmo programa estarão concluídos.

A migração continua elevada, visto que novos moradores vão se incorporando à região, em imóveis de familiares, ocupações irregulares e lotes improvisados. Em 22 anos de existência, a região continua apresentando um acentuado crescimento vegetativo e, segundo avaliação da Secretaria Municipal de Planejamento, deve chegar aos 50 mil habitantes até 2020.

Hoje a economia do município se diversificou, gerando novos paradigmas no setor produtivo, acumulando desemprego e falta de qualificação à região. Os moradores, em sua extensa maioria, são operários, comerciários, domésticos, trabalhadores rurais e proprietários de pequenos comércios, como bares, salões de beleza e pequenos mercados.

O nível de escolaridade da maioria é de primeiro grau, o que dificulta o acesso ao mercado de trabalho e, por consequência, corrobora com um alto grau de desocupação e iminentes sinais para a vida ilícita, muitas vezes provocada pelo ambiente e o status que a marginalidade sugere impor, especialmente entre os mais jovens, que acabam tendo os sonhos extraídos pelo tráfico, uso de drogas e delitos diversos.

Nesse contexto, todos os espaços públicos dos bairros da zona leste foram gradativamente dominados por pequenos grupos marginais. Porém, a maior concentração dava-se na Praça Jorge Assumpção, localizada no centro de toda a região. Durante 20 anos o local foi deteriorado e dominado pelo tráfico e outros marginais que decidiram ali montar uma espécie de quartel general para manutenção de seus interesses.

A despeito da falta de opção de lazer para centenas de famílias da região, em especial no entorno da praça, onde aos domingos é realizada a maior feira livre da cidade, a presença e apaniguados ao uso e comércio de drogas dificultava a possibilidade de ocupação do local pelas crianças, mulheres, jovens e idosos, interessados na fruição daquele espaço pela ordem e a civilidade.

Os investimentos em reformas e iluminação ao longo dos anos foram alvos do vandalismo. Um Posto Avançado de Segurança construído no local e reformado por diversas vezes, foi apossado e também destruído, não sem antes deixar de ser usado como ponto para uso de drogas e atíusitados programas sexuais. Um cenário proibitivo para a maioria dos bens intencionados em frequentar a praça.

Este parecia o lugar comum, já que o abandono progressivo do espaço no decorrer de mais de duas décadas, transformou a praça da região mais populosa da cidade de Araras em campo de delinquência. Essa circunstância fez com que o local perdesse a sua verdadeira função, que deveria ser a de aumentar a qualidade das respostas aos problemas, especialmente pelo fato de haver bastantes pessoas juntas, cuja sinergia poderia ser melhor aproveitada.

2. METODOLOGIA - CIDADANIA E ESPAÇO PÚBLICO

Ao perceber a gravidade do caso, a primeira gestão popular de Araras, instalada pelo Partido dos Trabalhadores em 2009, decidiu fazer uma intervenção na região, conclamando os moradores a discutirem suas prioridades. O primeiro contato estabelecido foi pelo programa Prefeito no Bairro, onde toda a cúpula do governo se reunia com a comunidade na busca de soluções aos problemas emergenciais.

Foi neste fórum que a crítica situação da praça começou a ser colocada em discussão, mesmo a despeito da descrença generalizada dos moradores de que desta vez a solução iria a termo. O prefeito Nelson Brambilla e sua equipe assimilaram o desafio de resgatar o local como um espaço de ocupação pública, onde a cidadania, o lazer, a cultura e o conhecimento seriam definitivamente instaurados naquela praça.

A partir de junho de 2009, com a instalação do programa Orçamento Participativo(OP) na região, os moradores decidiram que a revitalização da praça seria uma das prioridades de investimento para a região. Era desejo comum o resgate do local, revestido pela ocupação da cidadania, não mais um campo de concentração de marginais e delinquentes de toda a ordem.

A decisão do poder público em conjunto com a comunidade, na retomada daquele espaço público, entendida na concepção do estado necessário, evidencia-se como um ato político e democrático, urbano e prazeroso. Todos assimilaram que não era mais cabível a existência de qualquer instrumento ou condição capaz de impedir o cidadão de viver a experiência que a praça ou outro espaço público proporciona.

Assim foram iniciados os debates para o processo de ocupação da praça. O elemento chave para este projeto foi a clareza de que a maioria das pessoas tinham em comum a decisão de ocupar e libertar o espaço, devolvendo-o à comunidade, para que as tão necessárias alternativas a serem elencadas fossem iniciadas e implantadas definitivamente.

A proposta foi de que, ao retomar a praça, a comunidade teria potencial para enriquecer-se no contato e respeito pela diferença, construir novos caminhos, fomentar movimentos sociais, discutir a vida na coletividade e desta forma, incorporando o espírito da cidadania que, em escala ampliada, seria a construção complexa e lenta, mas sólida e humana de uma cidade mais justa.

2.1 -OCUPAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

O desafio da administração pública em reverter a situação não poderia se restringir em reformar e manter naquela praça instrumentos diversos de lazer, esporte e até um posto de segurança, sem a participação efetiva da comunidade na reconstrução e ocupação do espaço. Esse princípio foi essencial para que não se reestabelecesse o estado de barbárie anterior.

O Governo e a comunidade formaram um grupo de trabalho e chegaram ao diagnóstico de que a reversão não se daria apenas implantando equipamentos e melhorias. Iniciou-se também uma discussão de que a experiência para apropriação cidadã daquele espaço público deveria ter as dimensões da democracia participativa, na qual a participação e a mobilização da comunidade poderiam gerar todas as condições e vantagens para a transformação da praça.

Como destaca a cartilha ‘Orçamento Participativo – Democratização da Gestão Pública e Controle Social’, editada pelo Fórum Nacional de Participação Popular, o governo e a comunidade pressupôs a criação e permanente alimentação de canais formais e institucionais para este exercício, visando prioritariamente um diálogo social sobre as várias necessidades almejadas pela população, dentro da complexidade de temas que envolvem o viver em coletivo.

Para que isto ocorresse foi necessário ‘vontade política’, como cita a cartilha. Essa decisão deve ser entendida como o real envolvimento do conjunto do governo na sustentação da experiência do OP e na efetivação de suas deliberações. Significa romper com as resistências internas de setores do governo que questionam a falta de capacidade dos segmentos sociais de discutirem o orçamento e deliberarem sobre suas prioridades.

Esse é um esforço que, naturalmente exige uma cultura de planejamento, articulação política e eficiência da administração pública, criando as condições para construção do que deverá ser em breve futuro o controle social do governo. Todos elementos que vão compor a prática da transparência e eficácia e passam a ser meios para garantir o desenvolvimento humano e político de todos e todas.

Entre as medidas a serem aplicadas para que a transparência da informação chegue ao público, reforça-se a necessidade da criação de canais de participação, como conselhos, comitês, fóruns, audiências públicas, conferências, orçamento e planejamento participativo.

Com isso, cresce o compartilhamento de poder entre governo e sociedade na tomada de decisões sobre os assuntos em discussão. O governo tem obrigação de explicitar seus

projetos e interesses, e em casos específicos, deve defender o seu programa. Importante destacar que tais informações devem ser explícitas e inteligíveis, além de estarem permanentemente disponibilizadas aos cidadãos.

Paralelamente, a participação popular deve estar sintonizada dos mecanismos de controle social, ou seja, o monitoramento, pela sociedade, dos processos políticos, administrativos e financeiros da gestão pública. Isso contribui para fortalecer o papel do Estado e da sociedade, daquilo que é do interesse público.

No caso em estudo, a assembleia final do OP, já etapa de 2010, a comunidade confirmou como prioridade a recuperação da Praça Jorge Assumpção, sugerindo ainda a implantação de equipamentos para valorizar a miscigenação e cultura do local; bem como ampliar e melhorar os espaços para formação, prática esportiva, cursos diversos e o empreendedorismo.

Com a deliberação do OP, a decisão de estruturar um grupo de trabalho para mobilizar e a indicação dos representantes dos moradores para decidir a forma de reestruturação do local, chegou-se à conclusão de que a revitalização do local teria ainda em seu escopo a instalação de um Centro Unificado das Artes e do Esporte (CEU) e de um Centro de Turismo, programas que o município foi buscar junto ao Governo Federal, respectivamente nos ministérios da Cultura e do Turismo.

As discussões do Grupo de Trabalho levaram à composição de um Conselho Gestor, constituído de forma paritária e, em seguida, da eleição do Coordenador do Grupo Gestor. As propostas de ação foram discutidas em todas as instâncias da população e depois levadas às secretarias do Governo, Cultura, Negócios Jurídicos, Desenvolvimento Social e de Planejamento, que iniciaram as tratativas junto ao Governo Federal, visto que os dois projetos estavam disponíveis nos respectivos ministérios.

O primeiro passo foi a elaboração dos projetos e em seguida o cadastramento junto ao Sistema de Convênios do Governo Federal (Siconv). Uma série de agendas com técnicos dos dois ministérios em questão também fez parte do processo, pois os projetos só são aprovados se todos os apontamentos solicitados forem rigorosamente cumpridos. O que exigiu empenho e planejamento, evidentemente em parceria com a comunidade.

Passado essa etapa com êxito, a tarefa da administração municipal foi o de buscar apoio político, no Congresso e Governo Federal, para que os projetos se viabilizassem dentro de melhor prazo possível e sem entraves. A boa relação do município com os entes federais ajudaram a garantir a agilidade do processo, fazendo ainda valer a máxima de que, quando os

projetos estão bem estruturados, com começo, meio e fim, os recursos são liberados sem grandes impasses.

Já a participação da comunidade no processo, que está entre as exigências legais dos projetos, foi construída de forma lenta e gradual. O coordenador do Grupo Gestor, Eustáquio Alves Cardoso, migrante mineiro radicado na região desde os anos 80, revela que o grande obstáculo para o início dos trabalhos era a descrença da população no sucesso do projeto, especialmente na classe política e no poder público, que somente exploravam aquele povo no período eleitoral.

Mesmo gozando de reconhecida liderança, Eustáquio reconhece que ainda falta em boa parte da comunidade um maior comprometimento com o bem público e as lutas por interesses comuns. No chamado para primeira reunião do Grupo de Trabalho, 15 moradores participaram do encontro, mesmo com todo aparato de divulgação, conversa direta, panfletagem e até o uso de carros de som.

Mas quando o movimento de obras começou a mudar a paisagem da praça, Eustáquio lembra que houve um pouco mais de motivação e o grupo que formou o conselho gestor contou com a presença de 27 moradores, sendo 10 titulares e oito suplentes. Coube ao conselho conduzir a eleição que conclamou Eustáquio como coordenador do Grupo Gestor. Ciente de sua liderança e responsabilidade, ele revela que não raro são necessárias horas de conversa com a população para convencê-la de que o espaço público é para ser ocupado e utilizado pela própria população.

Como cita a cartilha do OP, uma das dificuldades desse instrumento é o de colocar em prática as decisões das assembleias. Porém, a experiência exitosa da praça Jorge Assumpção vem derrubando lentamente velhos paradigmas e hoje já verifica-se que um dos resultados, muito além da efetivação das obras, é de que a participação popular tem sido a presente e atuante na fiscalização e cumprimento das deliberações do OP e do Grupo Gestor.

Depois do cumprimento dos ritos legais, em maio de 2011 iniciou-se primeiramente as obras do Centro de Turismo. Paralelamente, o conselho de moradores e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Geração de Emprego e Renda saíram a campo no sentido de levantar um diagnóstico das necessidades de formação e especialização da comunidade.

A proposta era de que, logo que concluída a obra, teriam início os cursos de capacitação indicados pelos próprios moradores, visando melhorar a renda familiar e até mesmo como alternativa econômica ao desemprego.

2.2 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ao governo cabe incorporar no contexto do Centro de Turismo os propósitos do desenvolvimento local sustentável, buscando consolidar a articulação das políticas públicas no âmbito social, ambiental, econômico, cultural e ético, de modo a garantir a preservação da vida, da cultura e dos recursos naturais. Isso também implica na perspectiva de que os ganhos e benefícios do crescimento econômico sejam apropriados pela comunidade, levando ao crescimento, a estabilidade e a melhoria da renda.

A concepção de desenvolvimento sustentável também deve ser marcada pela ética da solidariedade, com a superação das desigualdades. Os projetos devem envolver a sustentabilidade como condição estratégica para garantir o direito à cidadania e superar a pobreza e a violência. O desenvolvimento da economia precisa ser capaz de gerar renda no local e fazer a renda circular ali, envolvendo as iniciativas locais, no comércio e até na produção.

Sob esta ótica, o governo progressista de Araras vem contribuindo fortemente para induzir o desenvolvimento local. Ele assumiu a responsabilidade dialogar com todos os setores da sociedade e promover o diálogo entre os setores produtivos, trabalhadores, excluídos, parlamentares e os vários níveis de decisão para encontrar as possíveis formas e instrumentos que impulsionem o desenvolvimento sustentável.

Em sua essência o Centro de Turismo, inaugurado em 4 de agosto de 2013, vem sendo o elemento de capilaridade do desenvolvimento local sustentável, implicando ainda identificar e explorar potenciais vocações da região, tendo em vista as redes econômicas existentes, suas riquezas culturais, suas vantagens competitivas e sua inserção na economia do município.

A coordenadora do Centro, a psicóloga Ana Aparecida Deguchi Martins, trabalha no sentido de conhecer as potencialidades da região, numa tarefa imprescindível para implementar propostas locais articuladas a ações e programas que viabilizem a melhoria de renda, produção, comércio e também a inserção qualificada ao mercado de trabalho. Ela revela que o levantamento das demandas (cursos) conta também com o apoio do Programa de Atendimento ao Trabalhador (PAT), dos dirigentes de recursos humanos das empresas locais e da região, e especialmente no contato com a comunidade.

Os cursos são oferecidos em convênios com instituições especializadas, como o Sistema S¹, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, que auxilia na análise dos cursos, da procura e da demanda do mercado, objetivando a geração de renda e colocação no mercado.

Em outra frente, a coordenadora faz interface com empresários, que conhecem as atividades do centro, discutem a elaboração de cursos específicos e até indicativos para preenchimento de vagas.

Para a coordenadora do Centro de Turismo, o objetivo principal do seu trabalho é o de aumentar o conhecimento de cada participante para que consiga alcançar a sua emancipação econômica, trabalhando na sua própria casa ou ingressando no mercado de trabalho ou criando associações e cooperativas. Nas palavras de AnaDeguchi, “...mostramos a cada um que colecionar certificados não leva a nada se eles não tiverem um foco, o que realmente querem seguir...Trabalhamos as pessoas que participam do curso num todo, mostrando potencial que existe dentro de cada um, valorizando seu conhecimento e a sua autoestima”.

O Centro de Turismo conta com quatro salas para cursos nas áreas de culinária, artesanato, corte e costura, e moda. Uma das salas é de multiuso, podendo ser utilizada para cursos de outro segmento ou até mesmo para palestras. Os cursos são oferecidos gratuitamente, bem como os programas de orientação aqueles que queiram aumentar a renda familiar ou montar seu próprio negócio, com qualificação e consultoria.

Desde sua inauguração, mais de 60 pessoas receberam qualificação profissional e estão conseguindo melhorar a renda e a qualidade de vida. Segundo Ana, quem visita a feirinha realizada na praça Jorge Assumpção, pode compartilhar de experiências bem sucedidas de famílias que se aprofundaram e temno artesanato, na costura e na culinária uma nova fonte de renda.

Recentemente, atendendo a um pedido do mercado, em parceria com o Serviço Social do Transporte/Serviço Nacional de Aprendizagem no Transporte (Sest/Senat), foram oferecidos os cursos de motoristas de carga de transporte de passageiros. Devida a sua

¹Sistema S é o nome pelo qual ficou convencionado o conjunto de nove instituições de interesse de categorias profissionais, estabelecidas pela Constituição brasileira: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Social da Indústria (SESI); Serviço Social de Transporte (SEST); Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

localização e fácil acesso a três importantes rodovias do Estado, município vem se caracterizando também como um centro de logística, sede de várias empresas de transporte.

Filha de costureira e autodidata, Magda Vieira, há três anos profere aulas de costura e moda para o Sesi, revela o entusiasmo com o resultado do seu trabalho, ainda que recente, no Centro de Turismo. Os participantes cursos de malharia e patchwork, em pleno andamento, mostram-se ativos e despertos para o aprendizado e para uma nova perspectiva no porvir. Percebe-se ainda um compartilhamento do conhecimento e diálogos sobre o dia-a-dia de cada um, resultando numa redução do nível de estresse e uma sensação de bem estar coletivo.

Magda avalia que a maioria busca ampliar seus conhecimentos para melhorar sua performance no mercado de trabalho e também aumentar a renda familiar, mas os observa que os ensinamentos também corroboram para economia na hora da compra de seus insumos e na própria rotina doméstica, valorizando e otimizando ao máximo o rendimento proporcionado pelo novo conhecimento.

2.3 - CONHECIMENTO E LAZER

No caso do Centro Unificado das Artes e do Esporte (CEU), as obras foram iniciadas em 2011 e concluídas em janeiro de 2014. Como determina o Ministério da Cultura, o local proporciona opções culturais, esportivas e de lazer, além de reforçar o atendimento social à população.

São 3 mil metros quadrados de estrutura física: quadra poliesportiva coberta, pista de skate, equipamentos de ginástica, biblioteca, telecentro e um cine/auditório com 60 lugares. No local também está instalado uma unidade do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), que presta assistência e orientação a quase 2 mil famílias mensalmente.

Nos primeiros meses de atividades, ainda que incrustado pela novidade, o Conselho Gestor tem registrado, em média, a presença 300 pessoas diariamente, usufruindo dos espaços para lazer, esporte e cultura. Diversas oficinas dão suporte aos frequentadores, além de sessões de cinema, teatro e dança.

O coordenador do Grupo Gestor do CEU, Eustáquio Alves Cardozo, destaca a parceria com a Faculdade de Educação Física da UNIARARAS, que cede os estagiários que orientam os jovens na área esportiva e os grupos da melhor idade com caminhadas e ginásticas. Como aponta o editorial do semanário Tribuna do Povo, “no local é possível encontrar histórias de pessoas que acreditam na juventude.... O CEU se tornou ponto de encontro para os que buscam cultura, leitura, cinema e vida saudável”.

A moradora Eliana Bispo de Cruz, que vive na região desde sua fundação, em 1982, lembra que há pouco tempo não era recomendável levar seus filhos e netos para praça, devido a frequência de índole duvidosa. Ela relata que eram tempos difíceis, visto que a mobilidade para a cidade era deficitária e as áreas dedicadas ao lazer da família estavam abandonadas ou dominadas pela delinquência.

Hoje a realidade é outra. A interação da comunidade com o local, situação inimaginável por Eliana, se consolida a cada dia. Enquanto seus netos se divertem no cinema na quadra ou na pista de skate, ela aproveita para aprofundar seus dotes culinários no curso de confeitaria, para em breve incorporar uma nova renda ao orçamento familiar.

O voluntarismo também garantiu espaço na nova praça Jorge Assumpção. É o caso do professor de capoeira Vinicius Violla e seu parceiro Vladimir Pedro, que dedicam um dia da semana para ensinar a arte e a técnica do esporte para os frequentadores do local. O professor exalta que a capoeira ensina o homem a lutar pela liberdade, igualdade e ajuda a preservar a identidade e nossa cultura.

As oficinas e atividades culturais e educativas são realizadas em conjunto com as secretarias inerentes. A coordenação do CEU informa que as sessões de cinema e as atividades de biblioteca são os mais frequentados pelos moradores. Geralmente são dois filmes indicados para toda família e mais um infantil. Na biblioteca, a audiência cresce na contação de histórias e outras atividades lúdicas, sempre com suporte técnico da Secretaria Municipal de Educação.

3. CONCLUSÃO–AGORA APRAÇA É DO POVO

Para levar a termo a revitalização do local, o governo municipal e a comunidade travaram uma espécie de pacto para que as conquistas fossem efetivadas. Os conceitos e as regras da participação cidadã, com discussões – inclusive acaloradas – foram elementos fundamentais para se chegar ao entendimento e ao consenso sobre o que seria o resgate da praça Jorge Assumpção.

O compartilhamento do poder público e da comunidade na tomada de decisões, as responsabilidades e o compromisso de cada um tiveram forte peso no sucesso do projeto. Como resultado, a delinquência evadiu-se do local e a ocupação cidadã revela a transcendência de como é valiosa a vivência e o entendimento da democracia participativa e seus instrumentos.

Toda a gestão desse espaço público está sendo executada de modo participativo. Desde a decisão inicial, o projeto apontava que a praça seria de responsabilidade da Prefeitura, mas para seu pleno funcionamento - principalmente na promoção de eventos e atividades permanentes no local – seria feito com a participação e decisão da comunidade.

Para alcançar esse objetivo, a administração municipal realiza reuniões mensais com os moradores, visando ampliar o nível de conscientização e formação do grupo gestor, responsável por discutir com a Prefeitura o calendário de atividades e a melhor forma de incentivar a participação.

A expectativa desta experiência é de que os moradores passem a compreender que o espaço público é de fato público. De que precisam dar sua contribuição para deixar a cidade e seus espaços mais públicos, para que todas e todos tenham noção do bem público.

Desta forma o coordenador do local, Eustáquio Cardozo, consegue visualizar a família usufruindo do espaço em seu limite e, depois, já no aconchego do lar, todos – pais e filhos – compartilhem das experiências vividas durante um dia no CEU, criando diálogos e um repertório de novos assuntos e conhecimentos que não estão nas redes de TV, mas que enriquecem a vida em sua amplitude e na experiência coletiva.

Da mesma forma, Ana Deguchi, a coordenadora do Centro de Turismo, observa que a cada qualificação, o olhar cabisbaixo e desconfiado dos primeiros contatos logo são substituídos pelo otimismo por uma vida melhor, com a troca de experiências, incentivos mútuos, formação de redes de relacionamento e de negócios e aumento da renda. É assim que Ana sonha em formar novas Marlenes e Larissas se destacando no artesanato; novas

Marianas, Simones e Lucianas no patchwork; novas Marias Aparecidas, Dayanes e Rosineires brilhando na culinária.

Como orienta Ubiratan de Souza, em seu artigo publicado no caderno ‘Gestão Pública e Democracia Participativa’, de Raul Pont, o cidadão deve ser protagonista nas decisões do investimento e serviços públicos para a melhoria da qualidade de vida da população, do desenvolvimento econômico e social e, ao mesmo tempo, contribuir para um processo de solidariedade e de construção da cidadania.

É desta forma a cidade se autogere e se reconstrói. Com o envolvimento da população, cria vínculos e preserva-se, torna-se segura, num modelo humano, democrático e descontraído. Desenvolve-se em sua pluralidade, de forma harmônica. Isto é urbanizar-se. Isto é cidadania.

4. ANEXOS

FOLHA 1 – O ABANDONO



Abandono: Praça Jorge Assumpção antes da intervenção pública e da comunidade



Cena: cavalo se alimenta no meio da praça, próximo a grupo de pessoas



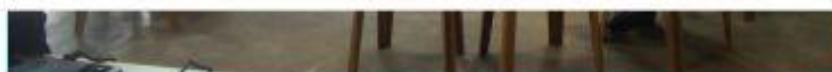
Destruição: parte de equipamento público, alvo de vandalismo na praça



FOLHA 2 – A PARTICIPAÇÃO



Princípio: moradores durante reunião visando o resgate da praça



Participação: faixa convocando comunidade para discutir o futuro da praça



Mobilização: Eustáquio Cardozo, do Grupo Gestar conversa com a comunidade

FOLHA 3 – A TRANSFORMAÇÃO



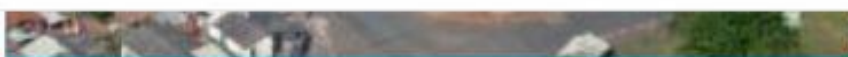
Em obras : operários durante a fase inicial dos trabalhos na Praça Jorge Assunção



Espaço da cidadania: moradores durante o evento de inauguração do CEU



Nova realidade: CEU e do Centro de Turismo da Praça Jorge Assunção



FOLHA 4 – O RESULTADO

Nova renda: produtos do curso de artesanato durante feirinha



Ocupação: jovens na pista de Skate na Praça Jorge Assumpção



Saúde: grupo de Melhor Idade durante aula de ginástica



5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PONT, R. **Gestão Pública e Democracia Participativa**. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

PONTUAL, P. et al. **Orçamento Participativo – Democratização da Gestão Pública e Controle Social**. FASE – Educação e Solidariedade; Fórum Nacional de Participação Popular. Rio de Janeiro, 2004.